

Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião

anais.est.edu.br/genero

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO



ECOFEMINISMO E MÍSTICA RELIGIOSA NOS MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL¹

Ecofeminism and Religious Mystics in the Movements of Camponesian Women in Brazil

Rosângela Angelin²

Neusa Schnorrenberger³

Resumo

Os Movimentos de mulheres camponesas no Brasil têm sido bastante ativos nas últimas décadas e feito história. Vindas de um espaço onde o patriarcado é uma cultura bastante forte, elas conseguiram romper com muitas barreiras e influenciar debates nacionais acerca do cuidado, da soberania alimentar e reflexões acerca de uma vida mais igualitária e justa. Assim, este trabalho pretende analisar a influência da mística religiosa nestes movimentos, sob o enfoque do ecofeminismo. Diante do estudo, constata-se que estes movimentos assumem características do ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo, preservando a mística religiosa como parte fundamental de seus encontros e da luta. Nas místicas revelam-se reflexões acerca dos problemas da sociedade capitalista patriarcal, a má distribuição de renda e a necessidade de preservação do meio ambiente natural. Estes processos místicos servem como espaço de reflexão, empoderamento e fomento para as ações destes movimentos que trabalham a ética da responsabilidade.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Movimentos de Mulheres Camponesas. Mística Religiosa.

¹ O presente artigo compreende os estudos que estão sendo realizados para a Dissertação da segunda autora no PPGD - Mestrado e Doutorado/URI, Campus Santo Ângelo-RS, assim como estudos desenvolvidos pela orientadora, primeira autora.

² Pós-Doutora pela Faculdades EST, São Leopoldo-RS (Brasil). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS e da Graduação de Direito dessa Instituição. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.” Coordenadora do Projeto de Pesquisa Direitos Humanos e Movimentos Sociais na Sociedade Multicultural, do Projeto de Extensão “O lugar dos corpos das Mulheres na Sociedade” e do Projeto de Extensão Direitos de Minorias e desenvolvimento sustentável: movimentando-se em redes de cooperação, solidariedade e conhecimento na América Latina. Vice Líder do Núcleo de Estudos de Gênero da EST. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

³ Mestranda em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado/ URI, Campus Santo Ângelo-RS. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, vinculado ao PPGD, acima mencionado. Bolsista CAPES. Advogada. E-mail: asuensch@hotmail.com

Abstract

The Movements of farmer women in Brazil have been very active in the last decades, and made history. Coming from a space where patriarchy is a very strong culture, they broke through many barriers and influence national debates about care, food domination and reflections about equaler and just life. So, this work intends to analyze the influence of religious mysticism in these movements, under the focus of ecofeminism. In the face of the study, these movements takes characteristics of third world spiritualist ecofeminism, preserving religious mysticism as a fundamental part of their encounters and battle. In the mystics are reflected on the problems of capitalist patriarchal society, the poor distribution of cash and the need to preserve the natural environment. These mystical processes serve as a space for reflection, empowerment and encouragement for the actions of these movements that work the ethics of responsibility.

Keywords: Ecofeminism. Movements of Peasant Women. Religious Mysticism.

Considerações Iniciais

As mulheres estão ou não mais próximas do meio ambiente natural e, por conseguinte, o protegem mais que os homens? Esta é uma pergunta que paira nos debates de várias áreas do conhecimento e tem suscitado divergências quanto ser natural ou não a proximidade delas com a natureza. No ambiente do campo, as mulheres têm uma vivência mais próxima e diferente com o meio ambiente do que os homens, em especial na questão do cuidado ecológico e de proteção ambiental. Esta preocupação tem se demonstrado em vários momentos, por mulheres camponesas que, inseridas em movimentos de mulheres do campo, que reivindicam políticas públicas e leis protecionistas ao meio ambiente, invocando premissas de desenvolvimento sustentável intergeracional, demandas estas que aparecem claramente também nos espaços de mística destes movimentos.

Assim, este artigo pretende analisar a influência da mística religiosa nos movimentos de mulheres camponesas, sob o enfoque do ecofeminismo. Para sustentação argumentativa e teórica do objetivo acima exposto, este trabalho irá utilizar a teoria ecofeminista, bem como estudos históricos, sociológicos e antropológicos, através da pesquisa documental e bibliográfica, embasada no método de abordagem dedutivo. Num primeiro momento o texto se aterá a discorre sobre a teoria ecofeminista e sua relação com as mulheres e o meio ambiente natural, a fim de, poder analisa-la no contexto das mulheres camponesas, buscando compreender a força da mística religiosa de proteção ambiental

cultuada nos movimentos de camponesas, frente à reivindicação e criação de políticas de proteção ambiental.

Teorias ecofeministas e a relação das mulheres com a proteção do meio ambiente natural

Embora a história do feminismo é muito mais remota que os movimentos sociais voltados para a ecologia, algumas correntes dos movimentos feministas tem se posicionado sobre os temas envolvendo o meio ambiente natural e as mulheres “[...] entendendo por tales los que no sólo demandan un reparo de recursos justo, sino plantean, además, otra forma de medir la calidad de vida.”⁴ Alícia Puleo, analisando estudos de Dobson destaca a necessidade de se remodelar uma concepção de cidadania, a partir da cidadania ambiental, que está voltada somente para o âmbito público e correspondendo a perspectivas liberais, para uma cidadania ecológica que se desenvolve tanto no mundo público quanto no privado, visando a ideia da não territorialidade ecológica, bem como um comprometimento coletivo⁵.

Neste contexto, é imprescindível um olhar na história da mulher para a compreensão das perspectivas divergentes quanto a essa explicação: “[...] seja a natureza vista como um ambiente de espaço de vivências e manutenção da vida, ou a relação natureza/mulheres utilizada como uma justificativa biológica para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres”. Assim, é preciso se ter cuidado nestas análises, a fim de não utilizar uma visão determinista de que as mulheres e o meio ambiente natural têm proximidades tidas como naturais, o que implicaria em criar identidades femininas “fechadas” e uma consequente naturalização dos papéis das mulheres, o que repassaria às mesmas responsabilidades distintas às dos homens, pelo fato de serem consideradas seres mais próximos ao meio ambiente natural⁶.

Ivone Gebara, teóloga feminista latino-americana, pondera que o ecofeminismo vem a ser a busca para a recuperação e valorização dos ecossistemas naturais e das

⁴ “[...] entendendo como tal que exigem não só uma justa reparação dos recursos, mas também representam outra maneira de medir a qualidade de vida.” PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo para outro mundo posible*. 2 ed. Madrid, Spain: Instituto de la mujer, Ediciones Cátedra, Universitat de València, 2013, p. 08. (Tradução livre)

⁵ PULEO, 2013, p. 270-271.

⁶ ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. *Revista Eletrônica Direito e Política: Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?* UNIVALI, Itajaí, vol. 9, no. 3, p. 1569-1597, 2014, p. 1572. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica> - ISSN 1980-7791. Acesso em: 03 de set. de 2016. (Grifo original)

mulheres, na conjuntura social onde “Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e particularmente pela modernidade a serem força de reprodução de mão de obra, ‘ventres benditos’, enquanto a natureza tornou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital.”⁷

Sandra Duarte de Souza afirma que o movimento do ecofeminismo “[...] sintetiza duas preocupações: a ecológica e a feminista. Ele pressupõe que existe uma conexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher.”⁸ Conforme a socióloga alemã Maria Mies e a física e filósofa indiana, Vandana Shiva, o ecofeminismo é um movimento pacifista e ambientalista, contra o poder patriarcal que se manifesta sobre as mulheres e a natureza⁹.

Para Gebara, o ecofeminismo mistura ecologia e feminismo e busca vislumbrar o todo da vida relacionado com a natureza, desafiando a reflexão acerca do respeito às mulheres e à natureza, ambas exploradas pelo patriarcado capitalista¹⁰. Para melhor compreender o ecofeminismo, Alícia Puleo apresenta três principais tendências do ecofeminismo: ecofeminismo clássico, ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo e ecofeminismo construtivista. A primeira tendência, denuncia a busca de poder pelos homens, levando a guerras, destruição e envenenamento do planeta. Diante disso, “[...] a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe à essência agressiva masculina, e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternas que acabam pré-dispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza [...]”, diferente dos homens¹¹.

Para Rosemary Radford Ruether o ecofeminismo, nesta percepção, liga a mulher/natureza como se fosse uma busca social erguida no patriarcado, justificando a dominação, o uso das mulheres e do mundo natural como sua propriedade.¹²

⁷ GEBARA, Ivone. *Teologia Ecofeminista*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997, p. 10.

⁸ SOUZA, Sandra Duarte. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UMEESP, Ano VI, no. 6, p. 57-64, dez. 2000, p. 57.

⁹ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 24-25.

¹⁰ LÓPEZ, Maricel Mena. Ecofeminismo, um jeito de abraçar as diferenças e construir um mundo diferente. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UMEESP, Ano VI, no. 6, p. 79-84, dez. 2000, p. 79.

¹¹ PULEO, Alícia H. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, no. 31, verano 2002, p. 37-39. Disponível em: <https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/feminismo_y_ecologia.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017. (Grifo original)

¹² RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: mulheres do primeiro e terceiro mundo. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UMEESP, Ano VI, no. 6, p. 11-17, dez. 2000, p. 13.

Já o ecofeminismo espiritualista, com origens nos países do sul e influência religiosa, se difere por apresentar nuances espiritualistas da relação das mulheres com o meio ambiente natural, denunciando a violência contra as mulheres e o meio ambiente como resultado do patriarcado e da concentração de poder capitalista. Também lutam contra o sexismo, racismo elitismo e antropocentrismo¹³. As mulheres, além de dar a vida, foram as responsáveis pelo cuidado pela manutenção dessas vidas, tanto é que no mundo primitivo, os corpos das mulheres eram relacionados com ciclos da lua e com as marés do mar, endeusando-as pelo poder de procriar e produzir alimento através de seu próprio corpo¹⁴. Embora essa corrente seja muito interessante no aspecto de mobilizar as mulheres para a proteção ambiental, a justificativa de sua ligação natural com o meio ambiente pode ser interpretada também como uma forma de naturalização de estereótipos. Porém, não se pode negar o caráter mobilizador dessa tendência do ecofeminismo e das conquistas alcançadas pelos movimentos identificados a essa teoria¹⁵.

A última tendência apresentada por Puleo é a denominada de ecofeminismo construtivista, que critica o essencialismo das tendências anteriores, aliando-se as lutas antirracistas, anti-pocentristas e anti-imperialistas, destacando que a proximidade das mulheres ao meio ambiente natural é uma construção social, baseada na economia familiar e na divisão social do trabalho, além da forma como é distribuído o poder dentro das propriedades¹⁶.

Gebara aponta que as mulheres mais pobres tem sido as principais afetadas diante de crises ambientais, não pela relação próxima delas com a natureza, mas sim pelas relações de poder exercida pelos homens sobre as mulheres e sobre o meio ambiente natural, que as afasta dos bens ambientais, recaindo sobre seus corpos e suas vidas todas as ameaças e riscos impostos pelo desequilíbrio ecológico e o desenvolvimento que prima apenas pela economia¹⁷. Na esteira trazida por Angelin, o ecologismo social engloba uma intensa preocupação com o ecológico e as injustiças sociais que “[...] sempre estiveram presente nas

¹³ PULEO, 2002, p. 37-39. (Grifo original)

¹⁴ RUETHER, 2000, p. 14.

¹⁵ ANGELIN, Rosângela. Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. *Revista Universidad en Diálogo*. Vol. 7, No. 1, p. 51-68, Enero-Junio 2017.

¹⁶ PULEO, 2002, p. 37-39. (Grifo original)

¹⁷ GEBARA, 1997, p. 14-16.

ideias ecofeministas, uma vez que todas as correntes desse movimento relacionam o vínculo entre a opressão da natureza e das mulheres e buscam sua superação.”¹⁸

Trazendo à baila a segunda tendência ecofeminista espiritualista do terceiro mundo, Souza afirma a associação do feminino com a natureza: “A associação natureza e mulher/divindade feminina estaria assim relacionada a uma ‘qualidade’ em comum: a capacidade procriativa, sugerindo uma conexão biológica entre mulher e natureza.”¹⁹ A partir das colocações, acima, estudiosos da teologia, entendem que a dessacralização da natureza permitiu a depredação e o domínio dessa, oferecendo assim, um lugar especial a figura feminina na luta ecológica, pois retratam a mulher e a natureza como sujeitas a exploração patriarcal²⁰.

Cuidar do meio ambiente natural de forma sistêmica é uma forma ideológica de conceber o desenvolvimento sustentável e, neste caso, o ecofeminismo, independentemente de suas tendências, tem sido uma teoria que se baseia em ações concretas capazes de produzir resultados concretos. Assim, merecido é o destaque da figura das mulheres camponesas, que através de sua luta nos movimentos do campo, utilizando-se dos princípios ecofeministas espiritualistas, transmutam na mística religiosa a força para se articularem em prol da emancipação feminina e, ao mesmo tempo da garantia da proteção ambiental, conseguem se manter fortes e unidas. Resultados positivos são a implementação de ações práticas e da criação de políticas de proteção ao meio ambiente natural, representando um movimento muito importante dentro da sociedade brasileira, o que se visará no último subtítulo a seguir.

Movimento de Mulheres camponesas: da mística ecofeminista às políticas de proteção ambiental

A composição dos movimentos de mulheres do campo é bastante abrangente, ou seja, envolve diversas categorias de mulheres de diferentes atividades, como “[...] agricultoras, arrendatárias, meeiras, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus.”²¹ Elas estão envolvidas em

¹⁸ ANGELIN, 2014, p. 1586.

¹⁹ SOUZA, 2000, p. 60.

²⁰ SOUZA, 2000, p. 61.

²¹ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *História*. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

uma situação problemática quanto às relações patriarcais, manifestas incisivamente no espaço rural, porém, a história demonstrou uma organização forte e combatente de movimentos de mulheres do campo, a ponto de alcançarem o reconhecimento jurídico como trabalhadoras, na Constituição Federal de 1988. Nos últimos períodos, uma das pautas específicas tem sido questões ambientais.

O movimento das mulheres rurais surgiu nos anos de 1980, através de diferentes movimentos no campo, construindo sua própria organização. Sua motivação envolvia o reconhecimento tanto econômico como identitário, ou seja, pela valorização como trabalhadoras rurais, lutando por uma libertação, por sindicatos, acesso a documentos pessoais de identificação, direitos trabalhista, previdenciários e uma maior participação política²².

A organização dessas mulheres tem sido dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais, como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que, ligados a várias vertentes sindicais e políticas, construíram – e ainda constroem - identidades políticas e o seu reconhecimento público das camponesas. Por meio dessas conquistas e acessos a políticas públicas governamentais, elas passaram a ser sujeitas de direitos, fazendo com que sigam trabalhando em forma de organizações coletivas, não somente nos movimentos de mulheres, mas também envolvidas com outras organizações que tem a ver com o meio rural.

Mesmo advindas de movimentos diferentes, as camponesas têm se organizado e articulado a nível nacional, o que facilitou diversas lutas e fortificou reivindicações que se transformaram em políticas públicas, envolvendo alguns movimentos, como é o caso da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, composta em 1995 pelos movimentos: “Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.”²³

²² LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL. *Jornada da via campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos*. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>>. Acesso em: 23 set. 2016.

²³ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p..

Todos esses movimentos articulados de mulheres do campo promovem mobilizações, lutas pontuais, processos de formação e divulgação de seu trabalho²⁴. Um dos movimentos mais destacados no cenário brasileiro é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que enquanto organização, buscam: “[...] Respeitar as diferenças; Ética; Disciplina; Construir novas relações; [...] solidariedade; Amor à luta; Companheirismo; Valorização da mulher e de todos os seres humanos [...]”²⁵ No ano de 2000, surgiu a Marcha das Margaridas, que recebeu grande amplitude na América Latina, juntando as várias organizações de movimentos de mulheres no campo²⁶.

Uma questão bastante interessante dentro dos movimentos de camponesas é a mística religiosa que ganha destaque sempre que se encontram, enaltecendo e cultuando elementos da natureza e os relacionando com o cuidado da saúde dos seus, do meio ambiente e como elemento da busca de forças para suas lutas. Em suas práticas e encontros existe sempre esses momentos de espiritualidade para fazer uma reflexão. A partir de algum objeto apresentado, podendo ser um alimento, flores, ervas, velas e/ou um objeto do trabalho cotidiano, dentre outros, aliados a uma leitura bíblica. Nesse contexto, encontra-se a leitura da Bíblia como um elemento emancipador e motivador das lutas, num processo de hermenêutica da teologia feminista.

Utilizando relatos do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), pode-se “[...] afirmar que a Mística do MMC encontra sua razão de ser no desejo de justiça e felicidade que nos anima na luta, no trabalho de base. A terra, a água, o fogo e ar são elementos que dão significados à mística da vida”. Para as mesmas, o momento da mística, leva homens e mulheres a união pela luta da justiça no país, provocando forças para a luta por mudanças sociais. De acordo com relatos, este momento de espiritualidade, “[...] deverá nos levar a reconstituir uma cultura humana que acolhe, transforme e cuide da vida e que, pouco a pouco vai se cristalizando na nova mulher lutadora.”²⁷ O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) mantém um conjunto expresso de orientações assumidas coletivamente que, valorizam a emancipação das mulheres, a defesa da classe trabalhadora, compromisso com a justiça social e as pessoas menos favorecidas, assim como com a

²⁴ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.

²⁵ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.

²⁶ FETASE. *Marcha das margaridas*. Disponível em: <<http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 04 set. 2016.

²⁷ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.

organização social, combate à exploração, ao preconceito e a todos os tipos de violência, buscando concretizar novas relações humanas e sociais onde a proteção ao meio ambiente natural, às sementes e a biodiversidade estejam presentes²⁸.

Nos contextos até então apresentados, percebe-se a preocupação sempre presente dos movimentos de mulheres camponesas com o meio ambiente natural, que onde elas se encontram e onde vivem os seus familiares. Essas ações remetem a corrente espiritualista do ecofeminismo do terceiro mundo, onde o elemento da mística religiosa está presente nas lutas e nas demandas de proteção ambiental e, ao mesmo tempo, no combate da cultura patriarcal opressora.

A partir das mobilizações destes grupos que se entrelaçam em suas pautas de discussão e lutas, obteve-se uma amplitude na proteção ambiental, reavivando no cenário brasileiro o viés ecológico político, não olvidando-se, de acordo com Leonardo Boff²⁹, do importante papel da agricultura para a vida da humanidade, pois “Não haverá seguridade alimentar sem as mulheres agricultoras, se não lhes for conferido mais poder de decisão sobre os destinos da vida na Terra.”³⁰ As mulheres sempre mantiveram uma relação histórica muito forte com a agricultura e a proteção da biodiversidade.

Por ser a agricultura um espaço de produção e reprodução de vida, pois é nela que são gerados os alimentos, é importante destacar que, na atualidade, a mesma tem se voltado para o monocultivo baseado em uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, responsáveis por riscos ambientais ainda incalculáveis. A diversidade produtiva encontrada na agricultura tem sido responsabilidade quase que exclusiva das mulheres que são bastante preocupadas com questões envolvendo a saúde humana. Assim elas desempenham um papel vital na segurança alimentar e na produção diversificada de alimentos. Essas demandas e essa preocupação se manifestam claramente nos movimentos de mulheres camponesas.

Diante desta preocupação feminina com o cuidado e proteção ambiental, Angela Cordeiro³¹ ressalta que “As atividades de planejamento e gestão que visam à sustentabilidade do sistema de produção e o bem-estar das famílias que vivem no campo só

²⁸ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.

²⁹ BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*. Vol. III: comer e beber juntos e viver em paz. Petrópolis: Vozes, 2006.

³⁰ BOFF, 2006, p. 28.

³¹ CORDEIRO, Angela. *Diversidade*: substantivo feminino. AS-PTA. Alternativas: Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

avançam quando integram os conceitos associados de diversidade e gênero.”³² As políticas públicas não podem tratar a família como unidade uniforme, é necessário notar as diferenças presentes no núcleo familiar, sob o jugo de reforçar um modelo já vigente, necessita-se “[...] abrir os olhos para o conjunto da pequena propriedade e os ouvidos para as diferentes visões que aí coexistem.”³³

Diante da luta pela proteção ambiental e contra o monocultivo houve uma ação das mulheres do movimento camponês do Rio Grande do Sul contra o monocultivo desenfreado de celulose. A ação é descrita por Isaura Izabel Conte e outras³⁴, e ocorreu no dia 08/03/2006, em Barra do Ribeiro/RS, denunciando assim a exploração praticada por empresas transnacionais de celulose, bem como a denúncia referente a Reforma Agrária estagnada pelo governo³⁵.

As mulheres camponesas ocuparam um horto florestal de uma grande empresa capitalista, opondo-se ao monocultivo florestal, de mudas clonadas de plantas exóticas; destruíram experimentos da negação da biodiversidade, dizendo não à violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas de celulose. Elas se manifestaram contra a ganancia e o lucro das empresas³⁶.

A repercussão pública desse fato público chamou a atenção nacional e internacionalmente sobre a problemática do monocultivo. Além disso, o discurso assumido pelo movimento foi de produção diversificada e sustentável. Conforme Karla Hora e Craroline Molina³⁷, o referido movimento luta por estratégias que promovam a autonomia de mulheres e consolidam sua agenda direcionada a segurança e a soberania alimentar, que entrosam de modo direto com ações e acesso a recursos naturais, como o acesso a água e a produção agroecológica, reivindicando “[...] diferentes programas, tais como: acesso a terra; Programa Bolsa Verde; Programa 1 milhão de cisternas entre outros.” Assim, é importante

³² CORDEIRO, 1994, p. 29-33.

³³ CORDEIRO, 1994, p. 36.

³⁴ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariene Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma atividade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

³⁵ CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 153.

³⁶ CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 158.

³⁷ HORA, Karla; MOLINA, Caroline. Mulheres rurais e as políticas públicas de apoio à produção agroecológica e de base sustentável. In: BRAVO, Álvaro Sánchez Bravo; ANGELIN, Rosângela (Ed.). *Mujeres y medioambiente feminismo y ecología*. España: Punto Rojo Libros, 2014.

reconhecer o papel das mulheres como parte do trabalho produtivo de autoconsumo, bem como os avanços que elas têm alcançado no manejo apropriado dos recursos naturais³⁸.

Neste viés, o Brasil implementou sua legislação, no que se refere a Lei Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN - (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), “[...] com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada”³⁹, referendado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Yayo Herrero⁴⁰ sintetiza algumas propostas ecofeministas para um ambiente sustentável, que coincidem com demandas dos movimentos de mulheres do campo no Brasil, como uma oposição ao desenvolvimento maximizado de adições monetárias, em prejuízo da saúde de comunidades de pessoas e de ecossistemas; a incorporação e uma valorização de saberes e ofícios manuais femininos em prol da subsistência; uma maior concentração em organização econômica-política da vida e do trabalho feminino, apresentando alternativas viáveis à crise ecológica estabelecida e melhoria crescente nas condições de vida das mesmas, que quase em sua totalidade são pobres; a construção de possibilidades concretas de autossuficiência, descentralização e uma auto-organização, sempre mediante um equilíbrio⁴¹.

Nesta perspectiva se identifica também a busca das camponesas em garantir a manutenção de sementes tradicionais, pela não transgenia e por uma alimentação saudável sem o uso de agrotóxicos, tudo isso demonstrado nas místicas que as motivam utilizando elementos da natureza. A partir da pressão dos movimentos de mulheres do campo, o governo federal do Brasil tem criado políticas públicas mais voltadas à produção e comercialização de alimentos, tendo como principais executoras destas políticas, as mulheres camponesas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário⁴², existente até o ano de 2016, criou inúmeros espaços de debate com mulheres camponesas de todo o Brasil para

³⁸ HORA; MOLINA, 2014, p. 118.

³⁹ BRASIL, 2006. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁴⁰ HERRERO, Yoyo. *Ecofeminismo: uma propuesta de transformación para um mundo que agoniza*, 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=47899>>. Acesso em: 12 set. 2017.

⁴¹ HERRERO, 2007, s.p.

⁴² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Ater ajuda na garantia de renda de agricultoras da Bahia*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ater-ajuda-na-garantia-de-renda-de-agricultoras-da-bahia>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

qualificar políticas públicas voltadas para mulheres, bem como diversos programas. Na seara de Karla Hora e Andrea Butto destacam o

Programa Nacional de Documentação da trabalhadora Rural (2004); Crédito especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); A assistência técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008). No período subsequente, de 2011 a 2013, destaca-se a agenda de combate à miséria extrema com o Plano Brasil Sem Miséria, e as políticas públicas vão incorporando, cada vez mais, a transversalidade de gênero, com destaque para a efetivação de cotas de atendimento e de aplicação de recursos específicas para mulheres, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e das Chamadas Públicas para seleção de Prestadoras de Serviços de Assistência técnica (Ater)⁴³.

Dentre eles destaca-se, ainda, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural voltado para camponesas, o ATER para Mulheres⁴⁴, o qual propicia assistência técnica rural voltada para mulheres e, especialmente, para a produção agroecológica, atendendo a especificidade de um desenvolvimento sustentável mais voltado para uma visão sistêmica e integrada, não priorizando a economia e sim a preservação da segurança e soberania alimentar.

Considerações Finais

Diante do desafio de analisar a relação existente entre as mulheres e o meio ambiente natural, buscando evidenciar desdobramentos do desenvolvimento sustentável praticado pelas mulheres camponesas, ao se findar esta breve abordagem, é possível perceber sim uma existência bem próxima das mulheres com o meio ambiente natural, proximidade essa que se configura como uma construção social que, na atualidade usada para justificar estereótipos biologizantes da condição feminina.

Deste modo depreende-se a possibilidade de que histórica e culturalmente as mulheres estão mais próximas das tarefas do cuidado com outros seres humanos e com o meio ambiente, bem como o ecofeminismo contribui para explicar esta proximidade e alertar que as relações de poder são as que determinaram estas proximidades. No caso das mulheres camponesas, a partir da análise realizada sob o enfoque ecofeminista, constatou-

⁴³ HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos territórios da cidadania. In: BUTTO *et al* (Orgs.). *Mulheres rurais e autonomia formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

⁴⁴ BRASIL, MDA.

se que as mulheres camponesas brasileiras, organizadas em movimentos do campo, apresentam preocupações muito semelhantes no que se refere à proteção dos recursos naturais e ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, premissa essa apregoada na própria Constituição Federal de 1988.

Um aspecto importante a ser mencionado é o fato das diferentes nuances do desenvolvimento sustentável dentro do contexto contemporâneo que prima pelo desenvolvimento econômico, situação essa denunciada pelos movimentos de mulheres camponesas e que buscam posicionar-se para alcançar direitos de igualdade, respeitando as diferenças, e isto tem sido bom porque elas pautam novas demandas de mudança cultural e jurídica das relações sociais e econômicas, voltadas para um desenvolvimento humano, cultural e econômico mais sustentável, aspectos esses trabalhados no ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo, que prima pela proteção ambiental, levando em conta elementos sagrados da natureza.

Esta mística religiosa, característica da corrente ecofeminista acima mencionada e praticada nos encontros dos movimentos de mulheres camponesas proporciona a reflexão do meio em que se encontram inseridas, e assim conseqüentemente uma maior articulação pela efetivação de políticas de proteção ambiental no cenário brasileiro. Por fim, foi possível observar as legislações de segurança alimentar tão reivindicada por estes movimentos de mulheres são muito tímidas e favorecem em muito as indústrias do grande capital. Porém, essas mulheres alcançaram a implementação e efetivação de políticas públicas voltadas para a garantia de seus princípios ético-ecológicos e, conseqüentemente, uma mudança cultural no cenário atual.

Referências

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. *Revista Eletrônica Direito e Política: Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?* UNIVALI, Itajaí, vol. 9, no. 3, p. 1569-1597, 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 03 de set. de 2016.

_____. Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. *Revista Universidad en Diálogo*. Vol. 7, No. 1, p. 51-68, Enero-Junio 2017.

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*. Vol. III: comer e beber juntos e viver em paz. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRASIL, 2006. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Ater ajuda na garantia de renda de agricultoras da Bahia*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ater-ajuda-na-garantia-de-renda-de-agricultoras-da-bahia>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariene Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma atividade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CORDEIRO, Angela. *Diversidade: substantivo feminino*. AS-PTA. Alternativas: Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

FETASE. *Marcha das margaridas*. Disponível em: <<http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 04 set. 2016.

GEBARA, Ivone. *Teologia Ecofeminista*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

HERRERO, Yoyo. *Ecofeminismo: uma propuesta de transformación para um mundo que agoniza*, 2007. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=47899>>. Acesso em: 12 set. 2017.

HORA, Karla; MOLINA, Caroline. Mulheres rurais e as políticas públicas de apoio à produção agroecológica e de base sustentável. In: BRAVO, Álvaro Sánchez Bravo; ANGELIN, Rosângela (Ed.). *Mujeres y medioambiente feminismo y ecología*. España: Punto Rojo Libros, 2014.

_____; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos territórios da cidadania. In: BUTTO *et al* (Orgs.). *Mulheres rurais e autonomia formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL. *Jornada da via campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos*. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>>. Acesso em: 23 set. 2016.

LÓPEZ, Maricel Mena. Ecofeminismo, um jeito de abraçar as diferenças e construir um mundo diferente. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UESP, Ano VI, no. 6, p. 79-84, dez. 2000.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *História*. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PULEO, Alícia H. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, no. 31, verano 2002, p. 37-39. Disponível em: <https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/feminismo_y_ecologia.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

_____. *Ecofeminismo para outro mundo posible*. 2 ed. Madrid, Spain: Instituto de la mujer, Ediciones Cátedra, Universitat de València, 2013.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: mulheres do primeiro e terceiro mundo. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UMESP, Ano VI, no. 6, p. 11-17, dez. 2000.

SOUZA, Sandra Duarte. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. *Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*, São Bernardo do Campo, UMESP, Ano VI, no. 6, p. 57-64, dez. 2000.